



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1614907 - RS
(2019/0329567-1)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : PEDRO DE LIMA COMERCIO DE COUROS LTDA
ADVOGADO : JOSUÉ ANTONIO DE MORAES - RS028448
AGRAVADO : SURIK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE ROCKENBACK - RS060202

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Ação de embargos à execução.
2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de comprovação do efetivo pagamento, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno contra decisão da Presidência do STJ, de fls. 429/430, e-STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da incidência da súmula 182/STJ.

Em face das razões de fls. 433/437, e-STJ, torno sem efeito a decisão e passo a novo exame do agravo em recurso especial por PEDRO DE LIMA COMÉRCIO DE COUROS, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 23/09/2019.

Concluso ao gabinete em: 20/03/2020.

Ação: embargos opostos pela agravante à execução movida por SURIK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Sentença: julgou improcedentes os embargos à execução.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravante.

Recurso especial: alega violação do art. 373, I, do CPC. Aduz, em síntese,

que “não obstante tenha efetivamente existido o débito em questão, o mesmo restou integralmente pago pela Recorrente, consoante restou sobejamente comprovado tanto pela prova documental, pericial e testemunhal produzida.”

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Do reexame de fatos e provas

O TJ/RS assim se manifestou para o deslinde da controvérsia:

No entanto, a parte apelante não comprova o pagamento do título objeto da lide; a prova pericial (fls. 269-280) é clara ao referir que a partir das análises dos documentos anexados aos autos, bem como os livros contábeis da empresa, não se pode afirmar que, especificamente, estes valores foram utilizados para pagar o título em questão (fl. 279); a prova testemunhal limita-se a confirmar a existência de relação comercial entre as partes, contudo, nada contribui sobre o pagamento da duplicada em discussão.

Por outro lado, observa-se que as partes possuíam relação negocial de longa data envolvendo o comércio de couro; e inexistindo prova do efetivo pagamento do débito, não merece reparo a decisão recorrida.

(...)

Com efeito, nos embargos à execução cabe ao embargante fazer prova de suas alegações. Não subsiste a alegação de excesso de execução por pagamento sem a respectiva prova.

Circunstância dos autos em que a parte embargante não produziu prova suficiente do pagamento; e se impõe manter a sentença. (fls. 383/385, e-STJ)

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de comprovação do efetivo pagamento, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, uma vez que a verba honorária foi arbitrada no limite máximo previsto no art. 85, §2º, do CPC.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora